



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**TALES MUNIZ SILVA**

**A DECOLONIALIDADE NA CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR  
INDÍGENA: DOS DESAFIOS DE SUPERAÇÃO DO PROJETO COLONIAL  
À IMPLEMENTAÇÃO DA LEGISLAÇÃO 11.645-08**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2025**

**TALES MUNIZ SILVA**

**A DECOLONIALIDADE NA CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR  
INDÍGENA: DOS DESAFIOS DE SUPERAÇÃO DO PROJETO COLONIAL  
À IMPLEMENTAÇÃO DA LEGISLAÇÃO 11.645-08**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),  
apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras  
dos Malês, da Universidade da Integração  
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
(UNILAB), como requisito para a obtenção do  
título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Lúzio Matos Silva.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2025**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da Unilab  
Catalogação de Publicação na Fonte

S584d

Silva, Tales Muniz.

A decolonialidade na construção da educação escolar indígena : dos desafios de superação do projeto colonial à implementação da legislação 11.645-08 / Tales Muniz Silva. - 2025.

44 f. : il., mapas, color.

Monografia (Licenciatura em História) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2025.  
Orientador: Prof. Dr. Jorge Lúzio Matos Silva.

1. Indígenas - Educação. 2. Indígenas da América do Sul - Brasil - Historiografia.  
I. Brasil. [Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008]. II. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 980.37197

**TALES MUNIZ SILVA**

**A DECOLONIALIDADE NA CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR  
INDÍGENA: DOS DESAFIOS DE SUPERAÇÃO DO PROJETO COLONIAL  
À IMPLEMENTAÇÃO DA LEGISLAÇÃO 11.645-08**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),  
apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras  
dos Malês, da Universidade da Integração  
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
(UNILAB), como requisito para a obtenção do  
título de Licenciado em História.

Aprovado em: 27/11/2025.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Jorge Lúzio Matos Silva (Orientador)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Juliana Barreto Farias (Examinadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosimeire de Oliveira Souza (Examinadora)**

Universidade Federal do Pará (UFPA)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar vida e saúde para concluir mais uma etapa de minha vida, que nem eu mesmo imaginei um dia poder concluir. Agradeço aos meus pais pela parceria e apoio em toda a minha trajetória acadêmica. Agradeço também a minha companheira por cada apoio e por estar comigo em todos os momentos de dificuldades. De uma maneira geral, agradeço a toda a minha família e amigos fora da UNILAB, e também aos que eu construí nos cursos de Humanidades e de História. Também não posso esquecer de agradecer ao meu orientador Prof. Jorge Lúzio, por me acompanhar desde o curso de Bacharelado em Humanidades e por ser um símbolo de empatia, respeito e compreensão com os seus orientandos. Por último, agradeço pelas bênçãos que eu já alcancei, a bênção que já veio e as bênçãos que virão. Vim, vi, venci!

Dedico esta monografia a todos os povos indígenas que lutaram, aos que lutam e aos que  
ainda haverão de lutar para termos um mundo melhor.

“Não há nenhuma diferença entre a importância, o valor e o significado da ciência dos brancos e das ciências indígenas”

Gersem Baniwa.

## RESUMO

Desde o período do Brasil colônia, que os povos indígenas foram constantemente subjugados, não tendo os seus direitos mínimos respeitados, como o direito à vida. Por vezes foram utilizados pelos colonizadores como mão de obra escrava, ou então mortos pelas doenças trazidas pela colonização, que dizimaram centenas de povos. Posicionados como seres inferiores e sem tratamento humanitário, foram também proibidos do direito de educar os seus filhos com base em seus valores, suas crenças e princípios. Após séculos de violações acometidas sobre os povos originários, estes continuaram estigmatizados pela sociedade dita “democrática” e “inclusiva”. Neste sentido, a legislação 11.645-08 surgiu como uma ferramenta política de garantia dos direitos essenciais, no acesso à educação, em um alinhamento com as perspectivas teóricas e metodológicas da decolonialidade, à exemplo da oralidade. Este trabalho parte de uma breve análise da historiografia colonial, tradicional e produzida por não-indígenas, para discutir as atuais demandas dos povos indígenas no setor da educação. Ademais compreende que no espaço escolar encontram-se múltiplas possibilidades de luta pela preservação dos direitos adquiridos, inclusive na reescrita de uma história indígena, pelos seus próprios sujeitos.

**Palavras-chave:** indígenas - educação; indígenas da América do Sul - Brasil - historiografia; Brasil. [Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008].

## **ABSTRACT**

Since the colonial period in Brazil, Indigenous peoples have been constantly subjugated, their basic rights, such as the right to life, not respected. At times they were used by colonizers as slave labor, or killed by diseases brought by colonization, which decimated hundreds of peoples. Positioned as inferior beings and without humane treatment, they were also prohibited from educating their children based on their values, beliefs, and principles. After centuries of violations committed against the original peoples, they continued to be stigmatized by the so-called "democratic" and "inclusive" society. In this sense, Law 11.645-08 emerged as a political tool to guarantee essential rights, including access to education, in alignment with the theoretical and methodological perspectives of decoloniality, such as orality. This work begins with a brief analysis of colonial, traditional, and non-Indigenous historiography to discuss the current demands of Indigenous peoples in the education sector. Furthermore, it understands that within the school environment there are multiple possibilities for fighting for the preservation of acquired rights, including the rewriting of indigenous history by its own subjects.

**Keywords:** indigenous peoples - education; indigenous peoples of South America - Brazil - historiography; Brazil. [Law No. 11,645, of March 10, 2008].

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Povo Indígena Kayapó	16
<b>Figura 2</b>	Mapa de Conceição do Araguaia e povos indígenas vizinhos	17
<b>Figura 3</b>	Marechal Rondon com uma criança indígena	21
<b>Figura 4</b>	Liderança indígena Ailton Krenak	24
<b>Figura 5</b>	Liderança indígena e atual Ministra dos Povos Indígenas do Brasil	24
<b>Figura 6</b>	Fotografia do professor indígena Daniel Munduruku	25
<b>Figura 7</b>	Fotografia do professor indígena Gersem Baniwa	26
<b>Figura 8</b>	Card da apresentação sobre o Dia dos Povos Indígenas	40
<b>Figura 9</b>	Alunos do Colégio Estadual de Tempo Integral Teodoro Sampa	42
<b>Figura 10</b>	Andhy Pitaguary iniciando a palestra	43
<b>Figura 11</b>	Fotografia com estudantes e a palestrante indígena Andhy Pitaguary	44

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	12
<b>2</b>	<b>UMA EDUCAÇÃO CATÓLICA OU INDÍGENA?</b>	15
2.1	OUTROS IMPACTOS, RESISTÊNCIAS E VULNERABILIDADES, DESDE O BRASIL COLONIAL	18
<b>3</b>	<b>A EDUCAÇÃO NO SPI: CONTEXTOS E CONTRADIÇÕES</b>	19
3.1	DO MARECHAL RONDON A ALGUMAS DAS LIDERANÇAS INDÍGENAS, NA SALA DE AULA	20
<b>4</b>	<b>FORMAS DA EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA INDÍGENA</b>	25
<b>5</b>	<b>O ENSINO DA TEMÁTICA INDÍGENA, COM BASE NA LEI 11.645/08</b>	29
5.1	AS CRÍTICAS AO MODELO EDUCATIVO TRADICIONAL, UMA PRERROGATIVA DECOLONIAL	29
5.2	NOVAS PROPOSTAS PARA UMA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INDÍGENA	30
5.3	A EDUCAÇÃO TRADICIONAL DOS POVOS ORIGINÁRIOS COMO FORMA DE HISTÓRIA INDÍGENA	32
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	34
	<b>REFERÊNCIAS</b>	35
	<b>APÊNDICE A - REALIZAÇÃO DE UMA ATIVIDADE PEDAGÓGICA COM TEMÁTICA INDÍGENA</b>	39

## 1 INTRODUÇÃO

Através de um documentário que aborda a autodemarcação do território indígena Sawré Muybu<sup>1</sup>, no estado do Pará, despertou-me a curiosidade de conhecer e aprofundar sobre a cultura e práticas dos povos indígenas, e como um futuro educador, compreender como funciona o processo de educação dentro de uma comunidade indígena brasileira.

Os processos educacionais para indígenas remontam aos tempos coloniais, com a chegada do colonizador em seus territórios, num contexto marcado por perseguições e genocídio dos povos originários. Na obra do historiador Ronaldo Vainfas, “A heresia dos índios” (1996), é apontado que com a introdução da economia açucareira no Brasil, desenvolveu-se a feroz e exitosa empresa de caça ao indígena e com ela o tráfico de nativos, sendo esta a primeira mão de obra escravizada na colônia que, segundo Vainfas, foi progressivamente sugada pelo sistema colonial nascente, tendo o Governo Geral<sup>2</sup> como modelo de administração, já que o sistema das capitânicas hereditárias não tinha vingado como modelo de ocupação do território. O primeiro governador geral da colônia portuguesa na América foi Tomé de Souza. Ao citá-lo, Vainfas explicou que:

Já no regi-mento [sic] de Tomé de Souza", de 1548, instruí-a-sé [sic] o governo para submeter índios hostis aós [sic] portugueses, destruindo-lhes as aldeias, e matando e cativando os rebeldes como castigo e exemplo. Tomé de Souza cumpriu à risca as ordens régias, movendo ataques [sic] contra os tupinambá aliados dos franceses, do que [sic] resultaram escravizações "lícitas", uma vez que efetuadas em "guerra justa", como rezava a legislação da época (Vainfas, 1998, p. 47).

O segundo governador, Duarte da Costa, segundo Vainfas, foi pior do que o primeiro, recrudescendo ainda mais a ofensiva contra os indígenas nos anos de seu governo, entre 1555 e 1558. Vainfas trouxe o exemplo do ataque à aldeia da Porta Grande, em maio de 1555, e do incêndio de cinco aldeias em que:

[...] haviam levantado cercas nas bandas do rio Vermelho — tarefa que delegou a seu filho, Álvaro da Costa”. Em junho do mesmo ano, treze aldeias foram destruídas nos arredores da capital no espaço de apenas uma semana, o que levou à morte, ao cativo e à expulsão cerca [sic] de 3 mil ameríndios (Vainfas, 1998, p. 47).

---

<sup>1</sup> Sawré Muybu é uma terra indígena (TI) parte do território Munduruku no Médio Tapajós, sudoeste do estado do Pará, e faz referência a Sawré Muybu, nome da liderança munduruku, Juarez Sawré. O povo Munduruku do território Sawré Muybu, é um povo que vem lutando pela terra para manter a sua cultura e suas tradições.

<sup>2</sup> Governo-Geral foi o modelo administrativo utilizado pela metrópole portuguesa para governar sua colônia na América após 1548. Os governos-gerais surgiram após o sistema de capitânicas hereditárias mostrar-se incapaz de levar adiante a empresa açucareira que se iniciava no território onde hoje está o Brasil.

E seguiu discutindo as atuações dos governadores gerais<sup>3</sup>.

Nem Tomé de Souza, nem Duarte da Costa puderam igualar-se à Mem de Sá<sup>7</sup> na arte de massacrar. Entre as façanhas de nosso terceiro governador geral, destacou-se a chamada Guerra do Paraguaçu (1589), que resultou na destruição de ‘cento e trinta e tantas aldeias’, nas palavras do governador, ou pelo menos ‘mais de sessenta’, nos dizeres do célebre frei Vicente (Vainfas, 1998, p. 47).

As barbaridades perpetradas contra os nativos eram tão grande que segundo Vainfas, Mem de Sá tinha grupos de extermínio de população indígena:

Nada ilustra melhor a belicosidade desse potentado quinhentista do que o "Instrumento dos serviços de Mem de Sá", datado de 1570: de 26 capítulos alusivos à seus serviços, nada menos do que doze dizem respeito a empresas de "combate ao gentio" — indicação reveladora do que mais ocupou a atenção do afamado governador". Mem de Sá celebrou-se [sic], de fato, pelo que alguns denominam, sem a menor complacência, *dé [sic]* "pacificação da Bahia": um cem-número [sic] de massacres que obstinadamente perpetraram em seu governo.

Com a exploração e “conquista” dos território dos nativos, os colonizadores buscaram “civilizar” esses povos, o que para Darcy Ribeiro<sup>4</sup> (1985) foi desenvolvido através de campanhas religiosas que foram responsáveis por fundar escolas para a população indígena no Brasil. Ribeiro mencionou o exemplo dos missionários salesianos<sup>5</sup> que no século XIX, ou seja dois séculos depois da implantação do sistema colonial, mantinham o mesmo propósito “civilizatório”. De acordo com Ribeiro:

Instalaram-se para permanecer ao rio Negro em 1916, em terras devidamente registradas em nome da ordem, construindo majestosas igrejas e as amplas dependências da missão, com a ajuda financeira do governo, se tornaram independentes e cresceram até constituir a potência da região. Para os índios representaram uma fonte de vários benefícios: pagavam corretamente o trabalho que lhes prestavam ou os artigos que vendiam, o que é inédito, ainda hoje, no rio Negro; defendiam-nos muitas vezes das Violências dos balateiros e regatões, prestavam-lhes

---

<sup>3</sup> Tomé de Sousa foi governador-geral do Brasil entre os anos de 1549 e 1553, sendo o primeiro a ser nomeado para essa função. Em sua gestão, realizou a construção da cidade de Salvador, primeira capital do Brasil. Ficou marcado também como um fidalgo que prosperou ao participar de expedições e campanhas militares de Portugal. Duarte da Costa foi o segundo representante da Coroa Portuguesa que controlou politicamente o Brasil no período dos governos gerais. Chegando ao território colonial em julho de 1553, ele veio para substituir o governador Tomé de Souza que havia pedido ao rei Dom João III para deixar o cargo concedido pela autoridade real. Em linhas gerais, sua administração teve que enfrentar diversos problemas que colocavam em risco a manutenção dos domínios lusitanos. Mem de Sá assumiu o governo da colônia em 1558 e continuou governando por 15 anos.

<sup>4</sup> Darcy Ribeiro foi um antropólogo, cientista social, escritor e político brasileiro, filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), conhecido por seu foco e atuação em relação às causas dos povos indígenas e em defesa da educação pública no país.

<sup>5</sup> Os salesianos são uma congregação religiosa católica formada por sacerdotes e leigos consagrados. A Congregação Salesiana tem sede em Roma, Itália. Os primeiros salesianos chegaram à América do Sul em 1875, na Argentina, e ao Brasil em 14 de julho de 1883. A primeira obra salesiana no Brasil foi a fundação do Colégio Santa Rosa de Niterói.

alguma assistência médica e mantinham escolas primárias e profissionais. Por isso, os índios sempre preferiram tratar com eles e mostraram grande empenho em atendê-los, inclusive em se batizarem. (Ribeiro, 1989, p. 35).

Entretanto, tais relações nem sempre foram tão “amigáveis”, como apontou Ribeiro:

Os grupos indígenas que mais se opuseram à invasão foram trucidados, sendo os sobreviventes apressados como escravos para os canaviais da costa ou para reforçar a população das missões religiosas, sempre necessitadas de novos contingentes humanos, (Ribeiro, 1989, p. 50).

Importante ressaltar que as escolas fundadas nem sempre tinham o cunho de alfabetização, a exemplo de lugares em que as forças das missões religiosas não foram eficientes para submeter os indígenas à religião e à educação, empreitando-se, ao que Darcy Ribeiro denominou de “serviço de paulistas, criados na escola das bandeiras, especializadas em carnificinas e no mapeamento de índios, alguns dos quais se estabeleceram como povoadores das terras que despovoaram de índios” (Ribeiro, 1989, p. 50). E a partir destas contextualizações, nas conjunturas coloniais, pode-se compreender a complexidade e as emergências das questões, dos direitos e das demandas dos povos indígenas já nos séculos XX e XXI, que carregam além das urgências políticas e sociais dos quadros atuais da sociedade brasileira, um passado colonial para ser revisto, reescrito, e superado.

## 2 UMA EDUCAÇÃO CATÓLICA OU INDÍGENA?

Uma figura notória na imposição de uma educação colonialista aos indígenas, segundo Darcy Ribeiro, foi o Frei Gil<sup>6</sup> (1851-1905), que com seus companheiros dominicanos<sup>7</sup>, formaram uma comunidade com os indígenas Kaiapós<sup>8</sup> junto com a população sertaneja, dispersa pelas barrancas dos rios Araguaia e Tocantins, corroída pelas doenças endêmicas, pelo alcoolismo e por conflitos intermináveis. Segundo Ribeiro, o Frei Gil constituiu o arraial que cinco anos depois de fundado contava cerca de duas mil pessoas. Com a ajuda destes sertanejos, os missionários edificaram a primeira igreja tosca, o casarão para o convento e o barracão da escola para as crianças Kaiapó e sertanejas. Era a aldeia, onde o índio adulto viveria sob a vigilância e o amparo dos missionários, ou seja, sem nenhuma liberdade, embora com alguns amparos (Ribeiro, 1989). Darcy Ribeiro informou que nesta empreitada religiosa-educativa, o interesse dos missionários e a sua grande esperança, estavam nas crianças, pois acreditavam, que uma vez “educadas”, poderiam ser orientadas para uma vida nova, segundo os padrões cristãos. O programa consistia em subtraí-las...

[...] Da influência do meio em que nasceram, impedí-las de contrair os hábitos da vida selvagem e lhes inculcir, ao contrário, os da vida cristã, lhes dar, com a instrução religiosa, o ensino elementar que se dá nas escolas primárias, e depois, quando estiverem na idade de se casarem, formarem famílias cristãs que se fundam a massa da população já civilizada. Desta maneira, o elemento selvagem se extinguirá por si mesmo, depois de duas ou três gerações, a tribo se achará incorporada, ao mesmo tempo, não só a sociedade como a Igreja. (Ribeiro, 1989, p. 50-51.) Ver, também, E. Galais (1942: 237 /38) *apud* Ribeiro, 1989.

---

<sup>6</sup> Frei Gil foi um missionário francês da ordem dominicana, chamado Frei Gil Vilanova. A missão do Frei Gil era catequizar os povos indígenas (Caiapós e Carajás) que habitavam a região, que hoje corresponde ao município de Conceição do Araguaia.

<sup>7</sup> Os dominicanos são frades que professam votos de obediência, pobreza e castidade, e vivem em comunidade - conventos. A Ordem Dominicana exige de seus membros dedicação especial à oração, ao estudo e ao ensino.

<sup>8</sup> Os Caiapós, também conhecidos como Kayapó, Mebêngôkre ou Mebêngôkre, são um grupo étnico indígena que vive na Amazônia brasileira.

**Figura 1** – Povo Indígena Kayapó



Fonte: <https://www.funbio.org.br/povo-kayapo-ja-foi-conhecido-como-kayapo-do-norte-e-teve-comunidade-indigena-homonima-no-brasil/>. Acesso em: 18 nov. 2025.

Para Ribeiro, assim nasceu Conceição do Araguaia, uma mistura da missão de catequese e povoação sertaneja, representadas respectivamente pela aldeia e o arraial, ambas sob a autoridade temporal e espiritual dos dominicanos:

Sucederam-se as três gerações de que falava o padre Gallais. O arraial cresceu e é hoje a cidade Conceição do Araguaia, orgulhosa do templo de pedra e cal, das instalações do convento e dos edifícios escolares construídos pelos dominicanos de Frei Gil. Mas a aldeia, onde está? Fundiu-se, acaso, a população sertaneja, integrada através da instrução ministrada a criança para isto separadas dos pais? - Não. Simplesmente extinguiu-se. Morreu. Dos mil e quinhentos Kayapó do fim do século resta, talvez, uma dezena. São peões nas fazendas dos dominicanos que hoje ocupam os campos onde caçavam seus antepassados, intérpretes das turmas dedicadas à atração de bandos Kayapó que permaneceram ainda hostis, e empregadas domésticas em Belém e no Ríó de Janeiro (Ribeiro, 1989, p. 67).



## 2.1 OUTROS IMPACTOS, RESISTÊNCIAS E VULNERABILIDADES, DESDE O BRASIL COLONIAL

Obviamente, não podemos nos esquecer das várias doenças que dizimaram a população indígena trazidas desde os tempos dos colonizadores. Nos estudos de Vainfas:

Em matéria de flagelos, nada se pode comparar com os diversos surtos epidêmicos que assolaram as aldeias, sobretudo as da companhia, a ceifar a vida de milhares de índios no século XVI. Dentre todas as moléstias — e não foram poucas —, a pior foi a varíola, a "peste das bexigas" (Vainfas, 1996). [...] Na Bahia, cenário privilegiado da peste, a varíola chegou pelo mar, embarcada num navio lisboeta que lá chegou em 1562. Em três ou quatro meses extinguiu cerca de 30 mil índios, sobretudo os escravos e os reduzidos na missão. No transcurso das décadas seguintes romperam novos surtos epidêmicos, de modo que os 40 mil índios cristãos contabilizados pelos jesuítas em 1564 mal passavam de 10 mil, em 1585. (Vainfas, 1998, p. 49)

Numa outra citação, o historiador rememorou as fugas e agitações em várias espaços da colônia portuguesa, como na Bahia, em 1562, tempo em que a peste das bexigas começava a dar mostras de sua voracidade:

Dois caraíbas insuflaram cerca de 3 mil índios a fugir para o sertão segundo Métraux, em busca da Terra sem Mal, más foram impedidos pelos jesuítas que, apoiados por Mem de Sá (sempre ele), lograram convencer os índios a retornar para o litoral. Inúmeras fugas coletivas seriam abortadas, aliás, pela ação conjugada da 'persuação' [*sic*] jesuítica e da força dos governos coloniais, do que resultariam revoltas indígenas expressivas e cruentas". (Vainfas, 1996).

Como constatado, os povos indígenas não foram passivos aos colonizadores portugueses e nem aos missionários, como os jesuítas, no modo em que encontramos nas histórias e narrativas fantasiosas que abordam o encontro dos povos e que tenha se dado de modo pacífico: sempre houve resistência. O fato é que os povos indígenas sofreram todo o tipo de opressão e de perseguição desde os primeiros contatos com a "civilização".

### 3 A EDUCAÇÃO NO SPI: CONTEXTOS E CONTRADIÇÕES

Quando remontamos sobre a educação escolar indígena no início do século XX, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI)<sup>9</sup>, foi um grande sujeito ativo na criação de regimentos para a proteção dos indígenas, como a proibição do desmembramento da família indígena pela separação de pais e filhos sob o pretexto de educação ou de catequese, que segundo Ribeiro, era outra prática secular que, embora responsável por fracassos clamorosos e até por levantes sangrentos, continuava em vigor, tornando o SPI não tão eficiente assim, pois acreditando só poder salvar os indígenas pela conquista das novas gerações. Com absoluto menosprezo pelo que isto representava para os pais indígenas, missionários conseguiam burlar meios para fazer com que os filhos dos indígenas fossem tomados e conduzidos às escolas missionárias. Mas de qualquer forma, segundo Ribeiro, o SPI teve uma colaboração na educação escolar indígena, por exemplo, levando às regiões mais distantes o conhecimento de leis que puderam libertar o indígena da escravidão no seringal e na fazenda, assim como por dívida ou por qualquer compulsão.

O pior é que o sistema jamais dera os resultados que dele se esperavam. Na realidade, só privava o jovem índio da oportunidade de iniciar-se nas técnicas e tradições tribais, as únicas realmente operativas em sua vida de adulto. Na missão o índio era preparado para uma vida de civilizado que não teria oportunidade de viver. Quando voltava à aldeia, via-se lançado a marginalidade, nem era um índio eficazmente motivado pelos valores tribais e capaz de desempenhar os papéis que sua comunidade esperava de um adulto, nem bem era civilizado, por força do que ainda conservava de índio, e, sobretudo, pelo sucessivo fracasso em todas as suas tentativas de passar por civilizado entre civilizados. Malgrado as qualificações educacionais e técnicas que adquirisse na escola, continuariam a considerá-lo como um índio e a tratá-lo com todo o peso do preconceito que separa índios de sertanejos”. (Ribeiro, 1989, p. 127-128).

Conforme observado na fala de Ribeiro, a educação colonial que tinha o intuito de “civilizar” os indígenas fora da sua comunidade, não parecia ser tão eficiente, pois após o indígena passar pelo processo educacional do homem branco, não obtinham espaço no ambiente de trabalho por conta do preconceito enraizado na sociedade da época, e ao voltar para sua comunidade, ele não se adaptava pois não recebeu a educação que era necessária e verdadeiramente operante em sua vida, ou seja, uma educação identitária com os valores da sua comunidade, e tão importante no seu processo de formação. Esta realidade o tornava um sujeito excluído tanto na sociedade em que o civilizou, ao tentar a viver como um homem branco e que

---

<sup>9</sup> O serviço de Proteção aos Índios (SPI) foi um órgão público criado em 1910 para prestar assistência à população indígena do Brasil. O SPI operou em diferentes formatos até 1967, quando foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

acabava o discriminando, como pela comunidade indígena do qual, por não receber a educação indígena de seu povo, não conseguia ter mais as habilidades necessárias para sobreviver.

### 3.1 DO MARECHAL RONDON A ALGUMAS DAS LIDERANÇAS INDÍGENAS, NA SALA DE AULA

Considerado um símbolo de humanismo e de filantropia, e que utilizou a educação como forma de proteção dos povos indígenas, nos anos finais do século XIX e início do XX, foi o Marechal Rondon<sup>10</sup>, que através de mais de vinte anos de atividades nos sertões de Mato Grosso, conviveu com remanescentes de tribos que tiveram longos contatos com civilizados e com indígenas pacificados por ele próprio. Sobre este tema, assim Ribeiro descreveu:

Uma experiência preciosa sobre as relações entre índios e brancos. E mais que isto, forjara uma equipe igualmente consciente da complexidade e da importância do problema indígena. Esta foi a grande escola do indigenismo brasileiro, onde se formaram aqueles que iriam criar e dirigir o Serviço de Proteção aos Índios. Oficiais, cientistas, escritores, professores, todos unidos pela mentalidade formada naqueles anos de campanha pacífica, apresentavam-se a Rondon recém-egressos das escolas militares e civis, ainda bisonhos, mas já caracterizados por haverem escolhido para servir exatamente o setor mais árduo, aquele que exigia trabalho mais extenuante, vontade mais firme, coragem não apenas para morrer heroicamente, mas, sobretudo, para viver a dura existência de longos anos de isolamento, nos sertões mais ermo (Ribeiro, 1989, p. 113).

---

<sup>10</sup> O marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, conhecido como Marechal Rondon foi um engenheiro militar e sertanista brasileiro, famoso por sua exploração de Mato Grosso e da Bacia Amazônica Ocidental e por seu apoio vitalício às populações indígenas brasileiras. Foi o primeiro diretor do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e estimulou a criação do Parque Nacional do Xingu. O estado brasileiro de Rondônia recebeu esse nome em sua homenagem.

**Figura 3** – Marechal Rondon com uma criança indígena



Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48290603.amp>. Acesso em: 7 nov. 2025.

Segundo Ribeiro, desses homens sairiam os primeiros indigenistas brasileiros que haviam aprendido na escola de Rondon a não apelar para a força ou para qualquer tipo de violência, ainda que para revidar a ataques. Aprenderam, sobretudo, que mesmo a tribo mais aguerrida está sedenta de paz e confraternizará com a civilização desde que se consiga convencê-la de que não está tratando com a mesma espécie de brancos com que até então se defrontara. Vale dizer que a civilização tem outra face além daquela pela qual sempre lhes fora apresentada (Ribeiro, 1989, p. 113).

Como observado desde a primeira interação com os povos originários até os tempos atuais, é de fato que as raízes da educação escolar indígena brasileira sempre surgiram para atingir determinados interesses que não os dos próprios povos indígenas do território Brasileiro, e como consequência, presenciamos no século XXI tímidas iniciativas referentes à diversidade

da população indígena nas escolas e universidades, levando assim ao pouco conhecimento dos estudantes sobre a diversidade de povos que se encontraram desde antes da colonização, e que ainda resistem na atualidade.

Segundo o relato de Edson Hely Silva<sup>11</sup> (2021), no imaginário popular, fantasiam os povos indígenas com um espectro de indivíduos habitantes da região amazônica e do Xingu. Com cabelos lisos, muitas pinturas corporais e adereços de penas, nus, moradores das florestas, portadores de culturas exóticas etc, não levando em conta a diversidade cultural, as formas de se expressar dos povos indígenas existentes no Brasil, inclusive das comunidades que habitam territórios urbanos, e a contribuição que esses povos têm na formação da nossa sociedade e em nossa cultura, como aponta Silva (2021):

lacuna nos cursos de Pedagogia na formação docente para lecionar nos anos iniciais, onde o professorado no geral reproduz antigas práticas: docentes enfeitam as crianças, pintam seus rostos e confeccionam cocares de cartolina. As crianças são vestidas com saiotos de papel (geralmente verdes) e não faltam os sons vocais e cenários com ocas e florestas! Afirmando que estão imitando os índios, buscando homenageá-los! Entretanto, tais supostas homenagens se referem à qual índio? As supostas limitações correspondem às situações atuais dos povos indígenas no Brasil?

Um fato que deve ser observado, é que essa “ignorância” dos não indígenas não é por acaso, apontando Silva (2021), que outro entrave sério para o não reconhecimento das sociodiversidades, no percurso dos 18 anos após a aprovação da Lei no 11.645/2008<sup>12</sup>, (lei esta que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena), foi e ainda pode-se considerar, a inexistência de subsídios específicos sobre a temática indígena em acervos nos centros de ensino e ainda mais nas bibliotecas das escolas da Educação Básica, o que torna difícil e em algumas situações até impossível o acesso às informações sobre os povos indígenas atuais sendo uma situação constatada também nas bibliotecas das universidades e centros de formação de professores com os diversos cursos de licenciatura.

Silva (2021) ainda afirma que mesmo na área de História nas universidades públicas e Institutos Federais de Educação/IFs, foram realizados escassos concursos para o ensino da temática indígena. Na ausência de um componente curricular específico para tratar do

---

<sup>11</sup> Edson Hely Silva é professor Titular de História da UFPE, com mestrado em História pela UFPE (1995), doutorado em História Social pela UNICAMP (2008), pós-doutorado em História na UFCE (2020) e pós-doutorado na UFRJ (2013). Sua atuação abrange desde o ensino básico até a pós-graduação, com foco em história indígena e ambiental. A citação acima provém de uma revista de autoria de Edson, com o tema: “sociodiversidades indígenas: desafios do tempo presente para o ensino de história”.

<sup>12</sup> BRASIL. Lei n. 11.645 de 10 de março de 2008. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. BrasíliaDF. DOU de 11 de mar. de 2008.

assunto, no geral insistiu-se a ideia equivocada da abordagem "transversal" do conteúdo, onde um/a docente supostamente discutiria sobre os indígenas em meio a outros temas amplos sobre a História do Brasil, o que dificulta desse modo, o trabalho com as temáticas indígenas em sala de aula e o que torna ineficiente até a elaboração da lei 11.645, já que na prática, não é ensinando de forma correta a respeito do ensino sobre os povos indígenas. A observação a ser feita é que o surgimento da lei citada não se deu por acaso, mas sim pelo esforço do movimento indígena<sup>17</sup> que se iniciou por volta dos anos 70, reivindicando esses direitos.

Uma outra observação, é que o fato do desconhecimento de estudantes não indígenas sobre esses povos e suas diversificadas formas culturais e de expressão e até mesmo de personagens importantes no cenário indigenista brasileiro, como Ailton Krenak<sup>13</sup>, Sonia Guajajara<sup>14</sup>, e Daniel Munduruku<sup>15</sup>, está ligado na maioria das vezes ao processo de educação escolar, com a ausência da história indígena e de suas temáticas.

---

<sup>13</sup>Ailton Alves Lacerda Krenak, mais conhecido como Ailton Krenak (Mantena, 29 de setembro de 1953), é um líder indígena, ambientalista, filósofo, poeta, escritor brasileiro da etnia indígena krenaque e Imortal da Academia Brasileira de Letras. Ailton é também professor honoris causa pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e é considerado uma das maiores lideranças do movimento indígena brasileiro, possuindo reconhecimento internacional.

<sup>14</sup>Sônia Bone de Sousa Silva Santos, conhecida como Sônia Guajajara (Terra Indígena Arariboia, Bom Jesus das Selvas, 6 de março de 1974), é uma líder indígena brasileira e política filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). É formada em Letras e em Enfermagem, especialista em Educação Especial pela Universidade Estadual do Maranhão. Recebeu em 2015 a Ordem do Mérito Cultural. Em 2022 foi considerada uma das 100 pessoas mais influentes do mundo pela revista Time. Ocupa o cargo de Ministra no Ministério dos Povos Indígenas – Governo Federal.

<sup>15</sup>Nasceu em Belém, PA, filho do povo Indígena Munduruku. Formado em Filosofia, com licenciatura em História e Psicologia, integrou o programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na USP. Lecionou durante dez anos e atuou como educador social de rua pela Pastoral do Menor de São Paulo. Esteve em vários países da Europa, participando de conferências e ministrando oficinas culturais para crianças. Autor de Histórias de Índio, Coisas de Índio e As Serpentes que Roubaram a Noite, os dois últimos premiados com a Menção de livro Altamente Recomendável pela FNLIJ. Seu livro Meu Avô Apolinário foi escolhido pela Unesco para receber Menção honrosa no Prêmio Literatura para Crianças e Jovens, na questão da tolerância. Entre outras atividades, participa ativamente de palestras e seminários destacando o papel da cultura indígena na formação da sociedade brasileira.

**Figura 4** – Liderança indígena Ailton krenak



Fonte: <https://www.generonumero.media/artigos/krenak-imortal/>.

Acesso em: 7 nov. 2025.

**Figura 5** – Indígena e atual ministra dos povos indígenas do Brasil



Fonte: <https://conexoplaneta.com.br/blog/a-lider-indigena-sonia-guajajara-e-indicada-ao-premio-sakharov-o-principal-reconhecimento-de-direitos-humanos-da-europa/>.

Acesso em: 18 nov. 2025.

#### 4 FORMAS DA EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA INDÍGENA

Em um documentário de nome “Olhar indígena”<sup>16</sup> encontrado no YouTube, de autoria do indígena e educador Daniel Munduruku, ele afirma que a educação indígena é uma educação que não precisa de material didático, pois os materiais são dados pela própria natureza, com as crianças aprendendo através das interações e observações daquilo que é encontrado na natureza. Nos espaços das brincadeiras e jogos, o quanto importante é a criança aproveitar sua infância, pois segundo Daniel, a criança tem que viver o seu momento, sem a preocupação de ser adulto, pois um adulto que não viveu a sua infância, vai ser sempre uma “criança”. Para as comunidades indígenas<sup>17</sup> o indivíduo precisa viver bem cada fase de sua vida, pois para se tornar um velho (sábio), ele tem que viver todas as fases da vida, plenamente.

**Figura 6** – Fotografia do professor indígena Daniel Munduruku.



Fonte: <https://www.elfikurten.com.br/2021/11/daniel-munduruku.html?m=1>.

Acesso em: 7 nov. 2025.

Uma outra importante referência na educação indígena está em Gersen Baniwa. Segundo o educador<sup>18</sup> o fato do processo educativo nas sociedades indígenas apresentar

<sup>16</sup> Em descontraída conversa o escritor indígena Daniel Munduruku fala sobre educação indígena. Link de acesso: <https://youtu.be/EUmx7klGn7w?si=iV4aUPPJ2-kz89O>.

<sup>17</sup> Dezenas de nomes de importantes lideranças se destacam, em cenários nacional e internacional, das comunidades indígenas. Podemos destacar: Raoni Metuktire, povo Kayapó (MT), Davi Kopenawa, povo Yanomami (AM), Jacir de Souza Macuxi, povo Macuxi, (RR), Joênia Wapichana, povo Wapichana (RR), Célia Xakriabá, povo Xakriabá (MG), Myrian Krexu, povo Guarani Mbyá (SC) Cristine Takuá, povo Maxakali (SP), Daiara Tukano, povo Tukano (AM), Arissana Pataxó, povo Pataxó (BA) Hamangai Pataxó Hã-Hã-Hãe, povo Pataxó (BA), Sonia Ará Mirim, povo Guarani Mbya (SP). Ver: Blog: Ensinar História - Joelza Ester Domingues. <https://ensinarhistoria.com.br/liderancas-indigenas-que-estao-reescrevendo-a-historia-de-seus-povos/>

<sup>18</sup> Gerssem José dos Santos Luciano, do povo Baniwa, é professor indígena na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Nasceu em 1964, no Yaquirana Rendá (Sítio Jaquirana), em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas. É graduado em Filosofia pela UFAM e tem mestrado e doutorado em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB).

diferenças radicais quanto à chamada “educação nacional”, levou a equívocos sobre a educação indígena. Numa visão etnocêntrica, pressupunha-se que os indígenas não tinham educação, porque não tinham as mesmas formas e os mesmos modelos educacionais dos europeus. É com muito diálogo sobre estes pontos de vista que se têm criado novos projetos escolares para os povos originários. Em outras palavras, a escola e a alfabetização não-indígena entram em cena como sinônimos de educação, cultura e civilização, como se os indígenas não as tivessem (Baniwa 2006).

**Figura 7** – Fotografia de Gersem Baniwa



Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/19/destruir-a-natureza-e>.

Acesso em: 7 nov. 2025.

Para Baniwa, é através dos bons exemplos dos pais, dos irmãos mais velhos e dos líderes comunitários, que são formadores educativos do indígena, que a criança desenvolve o seu caráter, suas atitudes, virtudes e habilidades para a vida comunitária e a boa convivência social. Segundo Baniwa, não há necessidade da figura e do papel tradicional do professor, na medida em que na sociedade indígena, este seria interpretado como o resultado da incapacidade dos pais, dos adultos e da própria comunidade de não cumprirem o seu papel social. Baniwa crítica que “na maioria dos casos a escola continua ignorando e sufocando as pedagogias indígenas e, quando isto acontece, a escola está contribuindo para o enfraquecimento ou o desaparecimento das culturas e dos próprios povos indígenas”. (Baniwa, 2006, p. 134).

Já Daniel Munduruku, afirma que a educação é um processo fundamental para a formação dos povos indígenas, e isso começa na infância, com as crianças sendo educadas a viver de forma inserida nas realidades com outras pessoas e com a natureza de forma integrada.

Neste quadro a literatura torna-se uma ferramenta muito importante para conscientizar as pessoas a respeito das culturas indígenas que são mal interpretadas no contexto da nossa sociedade brasileira. Daniel faz uma crítica sobre o pouco interesse no patrimônio imaterial dos povos indígenas, que são os saberes e as formas de conhecimento repassados pelos “velhos” que os guardam em sua memória. Daniel Munduruku busca trazer a importância dos anciãos dentro da comunidade na educação indígena, pois são pessoas com ricos conhecimentos e profundas experiências, transmitidas através das tradições, como a oralidade.

Gersem, faz uma crítica sobre a ideia generalizada e errônea que existe no Brasil de que os povos indígenas não possuem nenhum tipo de educação, sendo uma ideia equivocada na medida que os saberes ancestrais são transmitidos oralmente de geração em geração, permitindo a formação de músicos, pintores, artesãos, ceramistas ou cesteiros, além de todos saberem cultivar a terra e a arte de caçar e pescar, no caso dos povos habitantes de aldeias. Como observamos, existe sim uma pedagogia voltada à formação dos indígenas na infância, para que estejam preparados para a fase adulta. Para Baniwa:

A educação escolar indígena refere-se à escola apropriada pelos povos indígenas para reforçar seus projetos socioculturais e abrir caminhos para o acesso a outros conhecimentos universais, necessários e desejáveis, a fim de contribuir com a capacidade de responder às novas demandas geradas a partir do contato com a sociedade global (Baniwa, 2006, p. 129).

Baniwa pensa ser necessário que os povos indígenas se apropriem da educação escolar indígena e de sua história, como ferramentas frente a sociedade em que vivemos, como meio de garantir os direitos de seus povos e também para:

Atender às suas necessidades atuais, pode ser um instrumento de fortalecimento das culturas e das identidades indígenas e um possível canal de conquista da desejada cidadania, entendida como direito de acesso aos bens e aos valores materiais e imateriais do mundo moderno (Baniwa, 2006, p. 129).

Neste sentido, a educação escolar em todos os níveis e modalidades é uma necessidade e um direito dos povos indígenas. Por outro lado a busca por uma ampla escolarização e por outras oportunidades de trabalho tem promovido, em várias terras e comunidades indígenas do Brasil, o êxodo para as cidades, gerando problemas sociais de toda ordem, além de reforçar o esquecimento da língua materna e de outros aspectos da cultura indígena por parte dos jovens estudantes, (Baniwa, 2006, p. 149). Isso mostra ser necessário escolas dentro das comunidades indígenas, para que não seja desligado essa perda da cultura, língua e costumes desses povos. Uma outra crítica do autor está ligada ao material didático ofertado a esses povos, que são

insuficientes e inadequados, prejudicando as ações educativas e que deveria ter como base a realidade de cada território ou região, estando vinculado a projetos que possam promover o desenvolvimento social, cultural, político e econômico das comunidades, apresentando alternativas sustentáveis de sobrevivência e reforçando a identidade étnica e cultural dos povos indígenas (Baniwa, 2008, p. 149).

A oralidade na educação indígena é um dos meios principais de passar o conhecimento entre gerações, e o fato de nem sempre ser utilizado a escrita nesse tipo de educação, não quer dizer que a oralidade seja menos importante do que a educação onde o sujeito precisa ler e escrever. Um grande exemplo disso está no documentário “O Povo Brasileiro” de Darcy Ribeiro, onde ele relata sobre a convivência com os indígenas, sendo um deles o Anakan Puku, o homem mais sábio que Darcy Ribeiro afirma já ter conhecido em sua vida e que sabia a genealogia de mil e cem nomes de seu povo. Isso nos mostra o poder da oralidade no processo de aprendizagem desses povos e que por esse e outros fatos, reafirma a importância da tradição oral na educação escolar indígena, e também pelo fato desse tipo de educação escolar ser ensinado na língua nativa, preservando assim a identidade linguística dos povos.

## **5 O ENSINO DA TEMÁTICA INDÍGENA, COM BASE NA LEI 11.645/08**

Segundo Daniel Munduruku, em uma entrevista concedida ao canal DEBATE-40, a importância da lei 11.645-08, que obriga nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, o estudo da história e cultura indígena, se deu mais pela pressão dos movimentos indígenas e por um segmento civil popular, que compreendia ser necessário incluir estudos sobre os povos indígenas nos currículos escolares, e que também fosse uma iniciativa governamental. A lei, segundo Daniel, é uma tentativa de tornar o nosso país mais consciente de nossas raízes ancestrais e originais, e precisa ser colocada em prática.

Segundo Daniel, antes de qualquer coisa, é preciso fazer um trabalho com os educadores, para que os mesmos se apoderem dos diversos conhecimentos e conteúdos pedagógicos. É preciso também verificar o material didático disponível que a escola possui, como livros, impressos, audiovisual, músicas, para se avaliar se estão alinhados às discussões, estudos e debates sobre as temáticas dos povos originários.

Para as crianças pequenas, Daniel afirma que a melhor opção é ler livros de autoria indígena, pois contar história é um bom recurso, e isso pode ser feito com rodas de leitura, dança e música indígena. O professor pode iniciar a aula com um pequeno trecho de uma oração indígena para ritualizar o momento, sem a necessidade de falar de religião ou crença. Segundo Daniel, esse tipo de recurso vai criar um hábito que vai tirar as crianças do estereótipo que foi criado sobre os povos indígenas. Daniel afirma que uma coisa importante é nunca celebrar o “dia do índio”, e que na data do 19 de Abril, o educador possa ser criativo e inovar sobre as memórias e tradições ancestrais, adaptadas de acordo com a realidade de cada escola.

Enfim, a educação escolar indígena, é também um modelo normatizado e especializado para as comunidades indígenas, com diretrizes elaboradas, a exemplo dos usos das línguas originária, para poder atender as particularidades cada povo. Já o ensino da temática indígena, é o ensino da temática fora do ambiente indígena, no qual se trata do ensino destas temáticas na Educação Básica de escolas não indígenas.

### **5.1 AS CRÍTICAS AO MODELO EDUCATIVO TRADICIONAL, UMA PRERROGATIVA DECOLONIAL**

Há um reconhecimento, segundo Baniwa, de que a comunidade indígena constata sobre a consciência a respeito da necessidade de criar um modo próprio de fazer escola e que cada vez mais tem se fortalecido, sendo fundamental ter os professores indígenas como um dos

principais envolvidos na busca de concretização de processos escolares norteados pelas pedagogias indígenas. Isto significa que tal objetivo precisa contar com a participação efetiva de todos: professores, lideranças, alunos, comunidades, poder público e assessorias (Baniwa 2006, p. 135). O autor também faz críticas referentes aos processos educativos adotados pela escola formal, que são resumidas nas seguintes questões:

- O modelo de ensino das escolas indígenas reproduz o sistema escolar da sociedade nacional.
- Normalmente, as diretrizes, os objetivos, os currículos e os programas são inadequados à realidade das comunidades indígenas.
- O material didático-pedagógico utilizado é insuficiente e inadequado, prejudicando as ações educativas.
- Não existe supervisão pedagógica adequada e eficaz nas escolas.
- As atividades educacionais nas escolas são prejudicadas diante da dificuldade de fixar os professores nas comunidades, fato que se deve à ausência de moradias dignas, transporte e alimentação para os mesmos e falta de programas de formação de professores indígenas locais.
- O material didático e a alimentação recebidos são insuficientes e não-convenientes e o seu fornecimento não segue uma programação sistemática.
- Devido à barreira lingüística [sic], os professores encontram dificuldades no desenvolvimento de seus trabalhos didático-pedagógicos e, conseqüentemente [sic], o processo de alfabetização é prejudicado.

## 5.2 NOVAS PROPOSTAS PARA UMA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

Existe o Conselho dos Professores Indígenas da Amazônia (COPIAM) que é um órgão deliberativo e consultivo do Ministério da Educação (MEC) que atua na formulação e implementação de políticas educacionais para povos indígenas, no qual, segundo Baniwa, ajudou a elaborar, e assume como pauta de luta os 15 pontos do documento “Declaração de Princípios”, elaborado em 1991 durante o IV Encontro, em Manaus, e ratificado em 1994 no VII Encontro, novamente em Manaus). Na ocasião as comunidades indígenas, entendem que, embora tenha sido elaborada há mais de uma década, essa proposta continua como uma política educacional indígena discutida ao longo de quatro anos por milhares de professores indígenas da região amazônica, a qual pode subsidiar e fortalecer qualquer projeto de constituição de escola indígena em todos os níveis de ensino, e ainda inspirar novos projetos de escola

indígena” (Baniwa, 2006). As propostas de política de educação indígena citadas na COPIAM foram:

1 As escolas indígenas deverão ter currículos e regimentos específicos, elaborados pelos professores indígenas, juntamente com suas comunidades, lideranças, organizações e assessorias.

2 As comunidades indígenas devem, juntamente com os professores e as organizações, indicar a direção e a supervisão das escolas.

3 As escolas indígenas deverão valorizar culturas, línguas e tradições de seus povos.

4 É garantida aos professores, comunidades e organizações indígenas a participação paritária em todas as instâncias consultivas e deliberativas de órgãos públicos governamentais responsáveis pela educação escolar indígena.

5 É garantida aos professores indígenas uma formação específica, atividades de reciclagem e capacitação periódica para o seu aprimoramento profissional.

6 É garantida a isonomia salarial entre professores índios e não índios.

7 É garantida a continuidade escolar em todos os níveis aos alunos das escolas indígenas.

8 As escolas indígenas deverão integrar a saúde em seus currículos, promovendo a pesquisa da medicina indígena e o uso correto dos medicamentos alopáticos.

9 O Estado deverá equipar as escolas com laboratórios, onde os alunos possam ser treinados para desempenhar papel esclarecedor junto às comunidades no sentido de prevenir e cuidar da saúde.

10 As escolas indígenas serão criativas, promovendo o fortalecimento das artes como formas de expressão de seus povos.

11 É garantido o uso das línguas indígenas e dos processos próprios de aprendizagem nas escolas indígenas.

12 As escolas indígenas deverão atuar junto às comunidades na defesa, na conservação, na preservação e na proteção de seus territórios.

13 Nas escolas dos não-índios será corretamente tratada e veiculada a história e a cultura dos povos indígenas brasileiros, a fim de acabar com os preconceitos e o racismo.

14 Os municípios, os estados e a União devem garantir a educação escolar específica às comunidades indígenas, reconhecendo oficialmente suas escolas indígenas de acordo com a Constituição Federal.

15 Deve ser garantida uma Coordenação Nacional de educação escolar indígena, interinstitucional, com a participação paritária de representantes dos professores indígenas.

### 5.3 A EDUCAÇÃO TRADICIONAL DOS POVOS ORIGINÁRIOS COMO FORMA DE HISTÓRIA INDÍGENA

Como observado na pauta acima, as garantias e os direitos a uma educação escolar indígena estão muito defasados, com a negligência dos direitos mínimos que deveriam ser oferecidos a esses povos na construção de seu processo formativo, levando à exclusão da sua cidadania e a luta por equidade, que por sua condição de indígena, é negada. Baniwa cita alguns valores e exemplos de mecanismos de educação tradicional dos povos indígenas mantidos e valorizados até hoje:

- “A família e a comunidade ou o povo são os responsáveis pela educação dos filhos. É na família que se aprende a viver bem: ser um bom caçador, um bom pescador.

- Aprende-se a fazer roça, plantar, fazer farinha.

- Aprende-se a fazer canoa, cestarias.

- Aprende-se a cuidar da saúde, benzer, curar doenças, conhecer plantas medicinais.

- Aprende-se a geografia das matas, dos rios, das serras, a matemática e a geometria para fazer canoas, remos, casas, roças, caruri etc.

- Não existe sistema de reprodução ou seleção.

- Os conhecimentos específicos, como o dos pajés, estão a serviço e ao alcance de todos.

- Aprende-se a viver e a combater qualquer mal social, para que não haja na comunidade crianças órfãs e abandonadas, pessoas passando fome, mendigos.

- Alunos e professores de escolas atuais ensinam novos conhecimentos aos antigos pajés, mestres e caciques tradicionais e vice-versa” (Baniwa, 2006, p.147)

Partindo da visão de Gersem Baniwa, os desafios atuais da educação indígena no Brasil giram em torno de duas grandes questões:

a) implementação de programas adequados e baseados em metodologias específicas de aprendizagem, por meio de pesquisas e de acordo com os interesses e as demandas das comunidades e dos alunos, o que necessariamente inclui a capacitação de recursos humanos;

b) garantias de autonomia dos projetos educacionais, escolares ou não, tendo em vista as características e as necessidades definidas pelos povos indígenas (Baniwa, 2006, p. 155).

Segundo Baniwa, a proposta de educação escolar diferenciada foi fundamental para o surgimento de um novo segmento estratégico do movimento indígena: o dos professores indígenas. Mas a causa do crescimento desse segmento não está creditada apenas aos investimentos públicos na formação dos professores e que só passaram a acontecer por força da lei, mas sim a toda uma luta que foi articulada pelos povos indígenas visando cobrar e exigir cada vez mais mudanças na organização e na administração das escolas, o que incluía a escolha dos professores e seus dirigentes.

No âmbito das organizações e dos povos indígenas, a luta por uma educação escolar indígena diferenciada representava a possibilidade de retomada do controle sobre a vida de suas comunidades, que a escola e a igreja lhes haviam roubado, e aos professores, a oportunidade de conquistarem espaço social e político na luta maior de suas comunidades e de seus povos (Baniwa, 2006, p. 158).

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### **Por quê uma História Indígena e Decolonial?**

A conclusão a ser feita é que um projeto educacional voltado aos indígenas do Brasil ainda segue em busca de reelaboração, ampliação e implementação. Por outro lado, após a criação da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, o ensino da temática indígena continua se dando de forma incipiente ou equivocada, com a população indígena colocada como sujeitos passivos ou ausentes da história. Tratados, historicamente como se não fossem capazes de criar e gerir as suas escolas, dentro de suas comunidades, não foram contemplados nas redes públicas de ensino, antes da legislação de 2008 que, trata muito mais do que de inclusão curricular, já que reivindica também novas demandas para antigas lutas, como a demarcação dos seus territórios; uma história indígena e decolonial também contempla estas questões.

É importante que as políticas públicas e ações afirmativas sejam mais eficientes no quesito implementação e formação de professores indígenas dentro das comunidades, o que facilitará a formação dos estudantes indígenas na língua nativa, com professores que vivem e que conhecem as suas realidades locais, práticas e culturas, para promover inclusão e preservação das identidades.

Um outro fator que deve ser considerado é a produção de materiais didáticos que correspondam à realidade local de cada povo e a partir das pedagogias indígenas, incluindo suas formas de saber e pensar, inclusive com lideranças como anciãos e pajés, pois são por natureza, os mais importantes educadores, enquanto detentores de vasto sistema de conhecimentos.

## REFERÊNCIAS

- ALECE TV. Documentário: “aldeia do saber”. YouTube. 2017. Disponível em: <https://youtu.be/IzIdSVjRqqI?si=fRV5ygzsAo3dZGC0>. Acesso em 01/10/2024.
- BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O Índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** – Coleção Educação para todos. Brasília: Edições MEC/UNESCO. s/d.
- BÂ, Hampaté Amadou. **A tradição viva.** In: História Geral da África, editado por Joseph Ki-Zerbo, 2ª ed., Brasília: UNESCO, 2010.
- CRESPO, Raphael. Olhar indígena - Daniel Munduruku fala sobre educação indígena. YouTube, 2012. Disponível em: <https://youtu.be/WSyjdC4QKsE?si=8MGI4nVAwLy2qGkn>. Acesso em 02/05/2024
- A LUTA DOS MUNDURUKU CONTRA A INVISIBILIDADE. **Greenpeace**, 2014. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/a-luta-dos-munduruku-contr-a-invisibilidade/>. Acesso em: 05/09/2021.
- ÁVILA, Cristina; LIMA, Leanderson. Bolsonaro usa guerra da Rússia para forçar mineração em terras indígenas. **Amazônia Real**, 02/2022. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/amazoniareal.com.br/bolsonaro-forca-aprovacao-pl-191/%3famp=1> Acesso em: 05/03/2022.
- BELMONT, Mariana. Ailton Krenak sempre foi imortal. Gn, 22/04/2024. Disponível em: <https://www.generationnumero.media/artigos/krenak-imortal/> Acesso em: 07/11/25.
- BRASIL. **LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008.** Presidência da República, 10/03/2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20072010/2008/lei/111645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2008/lei/111645.htm). Acesso em: 07/11/25.
- BRASIL, repórter. **Messageiras da Amazônia: jovens munduruku usam drones e celular para resistir às invasões.** YouTube, 02/02/2022. Disponível em: <https://youtu.be/44bV17c2Sg0>.
- CASTRO, Carol. O QUE É O PL 490 E COMO ELE AFETA A VIDA DOS POVOS INDÍGENAS?. uol.com.br, 2021. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/07/07/o-que-e-o-pl-490-e-como-ele-afeta-a-vida-dos-povosindigenas.amp.htm>. Acesso em: 07/10/2021.
- COLLEVATTI, Jayne. **A invenção (franciscana) da cultura munduruku: sobre a produção escrita dos missionários da Província de Santo Antônio.** Revista de Antropologia, São Paulo -USP, v. 52 nº 2, 2009.
- CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS CONDENA GOVERNO BRASILEIRO POR VIOLAÇÃO DE DIREITOS DOS ÍNDIOS XUCURU. Comissão de direitos humanos e minorias, Brasília - DF, 21/06/2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes->

permanentes/cdhm/noticias/corte-interamericana-de-direitos-humanos-condena-governo-brasileiro-por-violacao-de-direitos-dos-indios-xucuru. Acesso em: 09/07/2022.

DOMINGUES, Joelza. Ester. Blog Ensinar História. <https://ensinarhistoria.com.br/liderancas-indigenas-que-estao-reescrevendo-a-historia-de-seus-povos/> Acesso em 02/12/2025.

FAGUNDEZ, Ingrid. **Legado de Marechal Rondon está ameaçado por governo Bolsonaro, diz biógrafo do explorador.** News Brasil, 18/05/2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48290603.amp>.

FARIAS, Alaíze. **Só a homologação livrará a terra Sawré Muybu de usinas, garimpos e madeireiros.** Instituto sócio ambiental. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/so-homologacao-livrara-terra-sawre-muybu-de-usinas-garimpos-e-madeireiros>. Acesso em: 17/07/2022.

FERNANDES, Maria. **Dois terços das minas de potássio estão fora da Amazônia Legal. Valor econômico, 07/03/2022.** Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/valor.globo.com/google/amp/politica/coluna/dois-tercos-das-minas-de-potassio-estao-fora-da-amazonia-legal.ghtml>. Acesso em: 09/03/2022.

FUNAI RECONHECE TERRITÓRIO TRADICIONAL SAWRÉ MUYBU DOS MUNDURUKU. Infoamazonia, 2016. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2016/04/27/funai-reconhece-territorio-tradicional-sawre-muybu-dos-munduruku/#:~:text=Os%20estudos%20apontam%20que%20a,pessoas%2C%20n%C3%BAmero%20estimado%20em%202013>. Acesso em: 13/07/2022.

GLASS, Verena. **PAC 2: acelerando a tristeza na Amazônia. Indígenas no Brasil Demandas dos povos e percepções da opinião pública**, São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

JECUPÉ, Kaká Werá. **A Terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio.** 2ed. São Paulo: Peirópolis, 2020.

KAYAPÓ, Edson. **A mãe terra provedora da Vida.** In THYDEWÁ (ONG). Índios na visão dos Índios. IBRAM: 2014.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Antes o mundo não existia.** In: NOVAES, Adauto. (org). Tempo e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

KRENAK, Ailton. **Os frutos do discurso que comoveu o país.** Believe.earth. 06/09/2018. Disponível em: <https://believe.earth/pt-br/ailton-krenak-os-frutos-do-discurso-que-comoveu-o-pais/>. Acesso em 09/07/2022.

LUCIANO, Gersem. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília, 2006.

MUNDURUKU, Daniel. **“Posso ser quem você é sem deixar de ser quem eu sou”**: uma reflexão sobre o ser indígena. Educação em rede Culturas indígenas, diversidade e educação, Rio De janeiro, Volume 7, p.(41 a 56), 2019.

**OPERAÇÃO CARIBE AMAZÔNICO: PF deflagra operação para coibir crimes ambientais que impactam Alter do Chão.** Tapajós de Fato, Tapajós, 16/02/2022. Disponível em: <https://www.tapajosdefato.com.br/noticia/667/operao-caribe-amazonico-pf-deflagra-operacao-para-coibir-crimes-ambientais-que-impactam-alter-do-chao>. Acesso em: 05/03/2022.

POTIGUARA, Eliane. **Literatura que se faz com ritos e palavras.** In: MUNDURUKU, Daniel; WAPICHANA, Cristino. Antologia indígena, da Feira do Livro Indígena de Mato Grosso. Cuiabá: editoração eletrônica Ramon Carlini, 2009.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. [pib.socioambiental.org](http://pib.socioambiental.org), 11/2003. Disponível em <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Munduruku>. Acesso em 31/08/2020.

QUEM É AILTON KRENAK. Cartas indígenas ao Brasil. Disponível em: <https://cartasindigenasaobrasil.com.br/biografia/ailton-krenak/>. Acesso em: 18/07/2022.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização.** São Paulo, Brasil. p 35-395, 1985.

RIBEIRO, Darcy. Memórias da ditadura. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/darcy-ribeiro/>. Acesso em: 07/11/25.

**Tradição E Futuro Na Amazônia.** Funbio, 01/07/2022. Disponível em: <https://www.funbio.org.br/povo-kayapo-ja-foi-conhecido-como-kayapo-do-norte-e-tevecomunidade-indigena-homonima-no-brasil/>. Acesso em: 07/11/2025.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios, catolicismo e rebeldia no Brasil colonial.** São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

**APÊNDICE**

## APÊNDICE A - REALIZAÇÃO DE UMA ATIVIDADE PEDAGÓGICA COM TEMÁTICA INDÍGENA



**DISCIPLINA:** Laboratório De Ensino, Fontes E Métodos III

**PROFESSOR:** Igor Fonseca De Oliveira,

**ALUNO:** Tales Muniz Silva

### RELATÓRIO TÉCNICO CIENTÍFICO

São Francisco do Conde – BA

2/05/2022

#### Introdução:

Esse relatório foi feito como atividade de avaliação na disciplina de: Laboratório De Ensino, Fontes E Métodos III, ministrada pelo Professor Doutor Igor Fonseca De Oliveira, da Universidade Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB). O professor citado, propôs que fizéssemos uma intervenção pedagógica em uma sala de aula do ensino fundamental ou médio, com uma das temáticas: Lei 10.639/03, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências (...), ou a lei 11.645/08, que torna obrigatório o estudo da História e Cultura Indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. A escola escolhida, foi o colégio de tempo integral Teodoro Sampaio, localizado em Santo Amaro - BA, nas turmas do 2º ano.

Como o professor permitiu que pudéssemos fazer a atividade em grupo, foi dialogado como uma das opções, convidar uma aluna indígena, estudante da UNILAB, para que a mesma pudesse trazer suas impressões sobre o dia dos povos indígenas.

Junto com meus dois colegas, Jonadabe e Mayara, fizemos uma votação de qual temática seria abordada nessa palestra, e em qual turma e escola faríamos a abordagem. Tendo como possíveis temas da palestra: *Índio não existe! Indígenas sim!; O Apelido Colonizador: o preconceito por trás do termo Índio e o significado de Indígena; Dia do "índio": problemáticas*

envolvendo o termo e a data comemorativa do dia 19 de abril. Com um consenso, juntamente com o professor, ficamos com a temática abordada no card abaixo, onde se encontra Andhy Pitaguary, e os mediadores.

**Figura 8** - Card da apresentação sobre o dia dos povos indígenas



Fonte: André Victor Pereira da Silva

### Objetivo(s):

O nosso objetivo principal, era discutir com os alunos, junto com a protagonista principal, a nossa convidada Andhy Pitaguary, informando do porque é contraditório utilizar a

frase “dia do índio” quando nos referimos ao 19 de abril, pois como aponta um dos autores trabalhados na disciplina do componente de laboratório, o Edson Hely Silva (2021):

O professor no geral reproduz antigas práticas: docentes enfeitam as crianças, pintam seus rostos e confeccionam cocares de cartolina. As crianças são vestidas com saiotos de papel (geralmente verdes) e não faltam os sons vocais e cenários com ocas e florestas! Afirmando que estão imitando os índios, buscando homenageá-los! Entretanto, tais supostas homenagens se referem à qual índio? As supostas limitações correspondem às situações atuais dos povos indígenas no Brasil? Contemplam as sociodiversidades indígenas existentes no país? Como essas imagens ficarão gravadas na memória dos(as) estudantes desde tão cedo? Quais serão suas atitudes quando se depararem com os índios reais? Quais as implicações dessas desinformações para o (re)conhecimento das sociodiversidades indígenas em nosso país, sobretudo, na região Nordeste?.

As indagações do parágrafo acima do autor Edson Silva, serviu como base de exemplificação para trabalharmos com os alunos no dia da palestra, sobre as contradições do “dia do índio”.

### **Metodologia:**

Fizemos um roteiro do modo como seria desdobrado a nossa palestra, Começando com a introdução, indagando os alunos se compreendem por qual motivo o termo “índio” não deve mais ser utilizado, eram duas turmas do 2º ano, e os alunos não souberam responder, não sabemos se por timidez ou por realmente não saberem do por que o termo “Índio” está incorreto. Para influenciar na participação dos alunos, foi oferecido chocolate para trazer a participação dos mesmos, perguntamos se no dia 19 de abril eles viram alguma publicação sobre o dia dos povos indígenas, de uma turma aparentando ter uns 40 alunos, apenas uma aluna diz que viu postagem nas redes sociais.

**Figura 9** - Alunos do Colégio Estadual de Tempo Integral Teodoro Sampa



Fonte: autoria própria.

- Posteriormente, trazemos a informação de que em 2023, é a primeira vez que se celebra, em 19 de abril, o Dia dos Povos Indígenas, e não mais o “Dia do Índio”, e como de esperado, os alunos não sabiam desse fato. Se levarmos em consideração que são jovens inseridos em redes sociais, percebemos que existiu uma ocultação das mídias na propagação do dia 19 de abril. Como aponta Edson Hely 2021, que faz críticas a inexistência de subsídios específicos sobre a temática indígena em acervos nos centros de ensino e ainda mais nas bibliotecas das escolas da Educação Básica, o que torna difícil e em algumas situações até impossível o acesso às informações críticas e coerentes sobre os povos indígenas atuais sendo uma situação constatada também nas bibliotecas das universidades e centros de formação de professores com os diversos cursos de licenciatura.

- Logo após, apresentamos as imagens de uma garota indígena em uma aldeia e o rapper Xamã, para trabalhar com os alunos os estereótipos que invalidam os indígenas, pois pelo fato da jovem está com roupas características dos povos indígenas, foi fácil descobrir sua origem, mas muitos alunos não sabia que o rapper Xamã era indígena, embora muitos os conhecessem por ser cantor.

- Apresentamos o vídeo da série “Índios no Brasil - Episódio 1- Quem são eles?” até o minuto 3’53”

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=SAM7IazyQc4> <sup>1</sup>, mas infelizmente, a caixa de som da escola estava baixa, tivemos que fazer uma contextualização sobre o vídeo.

- Abordamos sobre a Lei 11.645/08: importância/necessidades e a diferença da educação indígena, que é a educação dentro da própria comunidade ensinando pela comunidade.
- Andhy inicia sua fala: origem, contexto no qual reside/residiu, como a sociedade reage quando ela fala sobre pertencer à comunidade indígena, enfrentamento ainda na universidade e no meio político e ressaltou que no dia 19 de abril, deve ser considerado dia dos povos indígenas, pois estamos falando de vários povos com etnias e costumes diferentes, e não só de um povo, falou de suas origens e vivências, posteriormente partimos para a abertura de perguntas.

**Figura 9** - Andhy Pitaguary iniciando a palestra



Fonte: autoria própria.

- Tivemos várias perguntas relacionadas a cultura de Andhy, seus costumes, se a linguagem dos povos indígenas eram a mesma, sobre as vestimentas, se ela vivia sem roupa na

comunidade dela, o que foi rebatido, ela informando que os povos indígenas não estão parados no tempo, inclusive, Andhy e a sua companheira que se fazia presente e também era indígena, foram alvos de preconceito, por estar com pinturas no rosto característico dos seus povos, dentro do corredor da escola, momentos antes de iniciarmos a palestra.

### **Conclusão:**

Acredito que a mensagem para passar aos alunos, foi transmitida e também compreendida pelos mesmos, embora muitos alunos tivessem desconhecimento do tema abordado. Mas através da roda de conversa que fizemos em sala de aula, e das perguntas que nos foram feitas, eles compreenderam o real motivo de não poder ser falado “Dia do índio” e sim Dia dos Povos Indígenas. A professora também exigiu aos alunos um relatório sobre a palestra, o que fez com que os alunos prestassem mais atenção na aula, e fizessem anotações. E fomos convidados para encontros posteriores à palestra, realizados dentro do colégio, para novos diálogos sobre os povos indígenas.

**Figura 10** - Fotografia dos estudantes e da convidada Andhy Pitaguary



Fonte: autoria própria.